

**Reunião Ordinária** – Ata nº 25/2014

**Data** – 2014-12-19

**Início** – 16.00 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 17.30 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis  
Luís Filipe Correia Dias  
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório  
Avelino Manuel Conceição Manana

**A Técnica Superior** – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 18-12-2014:

a) Dotações Orçamentais.....	€6.137.113,02
b) Dotações não Orçamentais.....	€167.766,93

Total das Disponibilidades ..... €6.304.879,95



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram dezasseis horas.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

---

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**  
(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento das intervenções que decorrem na ETAR de Carochos, em Abrantes, referindo que se espera para breve a resolução definitiva da situação.

**Tomado conhecimento.**



Apresentou informação que consta do Relatório e Contas de 2013 da Scutvias – Autoestradas da Beira Interior, S.A., nomeadamente sobre a sinistralidade ocorrida e o volume de tráfego da A23.

Aproveitou para reiterar a necessidade de diminuição dos preços das portagens, no sentido de incrementar a utilização podendo vir, com isso, a verificar-se receita adicional.

**Tomado conhecimento.**



Deu conta de que consta na ordem de trabalhos a aprovação das tarifas de água para o ano 2015 e, a esse propósito, referiu que pelo 5º ano consecutivo não se verifica aumento dessas tarifas.

Aproveitou para mostrar alguns dados comparativos dos encargos das famílias e das empresas de alguns municípios do distrito de Santarém relativamente às tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

**Tomado conhecimento.**



Respondendo a pedido apresentado pelo vereador Avelino Manana, entregou documentação relativa ao Tecnopolo.

**Tomado conhecimento.**

A Presidente da Câmara informou que se realizou hoje, dia 19 de dezembro, reunião do Conselho Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Foi aprovado o lançamento do procedimento com vista à aquisição de software informático, com o objetivo de colocar todos os municípios da CIMT, no mesmo pé de igualdade, no que a esta área diz respeito.

Aproveitou também para dar conta do ponto de situação das candidaturas aprovadas e fechadas e das respetivas taxas de execução no âmbito da contratualização, que foi apresentado nessa reunião da CIMT.

**Tomado conhecimento.**



Apresentou um documento resumo, que se anexa à presente ata, do qual consta o ponto de situação e as preocupações já manifestadas pela autarquia em sede de reuniões de concertação sobre o processo de transferência de competências para o Município na área da educação.

**Tomado conhecimento.**



Relativamente às intervenções previstas no Plano de Investimentos da Estradas de Portugal, IP, para o período 2015-2019, deu conta também de uma nota a tornar pública na qual se manifesta a preocupação da autarquia com o investimento reduzido e marginal no concelho de Abrantes.

**Tomado conhecimento.**



**VEREADOR AVELINO MANANA**

O vereador Avelino Manana manifestou a preocupação da CDU relativamente ao futuro da Pousada da Juventude de Abrantes.

A Presidente da Câmara respondeu que os possíveis cenários, de que já deu conta na reunião de câmara anterior, estão ainda em aberto, não tendo ainda sido tomada qualquer posição.

O vereador Avelino Manana disse considerar que deve ser o poder central a assumir as competências previstas relativamente à mobilidade jovem, que só podem ser exercidas, a seu ver, com a prestação de um serviço público.

O vereador Avelino Manana referiu-se ainda à situação dos cemitérios municipais.

A Presidente da Câmara disse que está em preparação informação detalhada sobre esta matéria, que numa das próximas reuniões de câmara será trazida para conhecimento e discussão.

□□□

**A Presidente ausentou-se por momentos da reunião quando eram 16 horas e 45 minutos, passando a reunião de câmara a ser presidida pelo vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes.**

□□□

#### **VEREADORA CELESTE SIMÃO**

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento da realização, no passado dia 10 de dezembro, no Mercado Criativo, de uma ação de sensibilização sobre recursos hídricos junto da comunidade cigana, que contou com a participação de 80 pessoas.

**Tomado conhecimento.**

□□

Apresentou, para conhecimento, correspondência do Banco Alimentar, agradecendo a colaboração da autarquia na recolha dos bens alimentares na campanha de 29 e 30 de novembro de 2014 no concelho de Abrantes e informando que a recolha totalizou 39.632,95 kg, tendo o concelho de Abrantes contribuído com 7.376,95 kg. – 200522

**Tomado conhecimento.**

□□

#### **ORDEM DO DIA**

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

#### **Gabinete de Apoio à Presidência**

**Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta de uma moção da Assembleia Municipal do Entroncamento, aprovada por maioria na sua reunião de 21 de novembro de 2014, através da qual manifestam a sua profunda discordância com a Proposta de Lei do Orçamento de Estado 2015. - 199439**

**Tomado conhecimento.**

**Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente ao pedido da Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes, a solicitar a colaboração da Câmara Municipal, no apoio à logística inerente às atividades alusivas ao Natal 2014, a realizar no Centro Histórico durante o mês de dezembro, nomeadamente:

- 1) Limpeza da fração do antigo BNU, sito no Largo Ramiro Guedes;
- 2) Colocação provisória de contador de água e respetivo fornecimento desta, no antigo BNU;
- 3) Cedência do Mercado Criativo para a venda de Sonhos e Doces de Natal a cargo das IPSS do concelho (caso as condições meteorológicas não permitam que a venda aconteça no Largo Ramiro Guedes;
- 4) Cedência e transporte de 6 bancas de madeira e 12 cavaletes. - 198796

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o apoio solicitado.



### **Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano**

**Nº 03 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, datada de 27 de novembro de 2014, acerca do pedido de rescisão apresentado pelo colaborador, Valter Alexandre Nogueira Lopes, ao abrigo da Portaria nº 209/2014, de 13 de outubro, que definiu as regras para o programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. - 198179

**Deliberação:** Por unanimidade, aceitar o pedido de rescisão apresentado pelo colaborador, Valter Alexandre Nogueira Lopes, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 04 de dezembro de 2014, que aprovou a designação do técnico superior, Rui Alexandre da Silva Correia, como interlocutor junto dos serviços locais da Autoridade Tributária e coadjuvá-los, nomeadamente na fixação do zonamento e coeficientes de localização para cálculo do Valor Patrimonial Tributário (Código do IMI). – 199352

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara.



### **Divisão de Gestão Financeira e Administrativa**

**Nº 05 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou listagem de processos de despesa realizada, em novembro de 2014, ao abrigo do Parecer Genérico para 2014. - 195421

**Tomado conhecimento.**



**Nº 06 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 02 de dezembro de 2014, a dar conta da anulação das 2ª e 3ª tranches, no valor de 1.350,00€ (mil trezentos e cinquenta euros), do apoio aprovado para o Abrantes Rugby Club, no âmbito do Finabrant 2013 - Medida 2. - 141016

**Tomado conhecimento.**



**Nº 07 - Para conhecimento, o vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 10 de dezembro de 2014, a dar conta da anulação da 2ª e 3ª tranches no valor de 400,00€, do apoio aprovado para a Associação Juvenil Remoinhos D'Água, no âmbito do Finabrant 2014-Medida 3. - 155572

**Tomado conhecimento.**



**Nº 08 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** na sequência da Informação Nº 16 da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 09 de dezembro de 2014, respeitante à fixação dos dias de pagamento dos vencimentos aos colaboradores do Município, durante o ano de 2015: - 199965

Mês	Dia	Mês	Dia
Janeiro	23	Julho	24
Fevereiro	24	Agosto	24
Março	24	Setembro	24
Abril	24	Outubro	23

Maio	25	Novembro	24
Junho	24	Dezembro	21

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 09 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo para aprovação, calendário referente à realização das reuniões da Câmara Municipal para o ano de 2015. – 199314

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido calendário, conforme a seguir se indica:

Mês	Dias	Mês	Dias
janeiro	6 e 20	julho	14 e 28
fevereiro	3 e 24	agosto	11 e 25
março	10 e 24	setembro	8 e 22
abril	7 e 21	outubro	6 e 20
maio	5 e 19	novembro	3 e 17
junho	2, 16 e 30	dezembro	1, 15 e 29

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do protocolo celebrado com essa entidade, no montante de 3.610,20€ (três mil seiscientos e dez euros e vinte centimos), com vista a suportar as despesas com a realização da Festa e Ceia de Natal de 2013, que ascenderam a 6.513,32€ (seis mil quinhentos e treze euros e trinta e dois centimos). - 196933

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no montante 3.610,20€ (três mil seiscientos e dez euros e vinte centimos), com vista a suportar as despesas com a realização da Festa e Ceia de Natal de 2013.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

**Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, na sequência de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa alusiva à atribuição de apoio no valor total de 16.691,10€ (dezasseis mil seiscentos e noventa e um euros e dez cêntimos) a 11 Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, que prestam Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), para aquisição de equipamento informático (tablets), com o objetivo de conhecer melhor a realidade social do concelho e simplificar o trabalho diário das diversas equipas técnicas, permitindo consultar rapidamente as tarefas agendadas e registar as ações realizadas em cada domicílio. – 198290

Mais refere que o projeto, designado por "Easy", vai de encontro ao Plano de Ação da Rede Social para os anos 2014 e 2015 e elenca as entidades a apoiar, nomeadamente:

- Associação de Solidariedade Social Pró-Cultural Prof. Silva Leitão (1.045,50€);
- Centro Assistência Paroquial S. Pedro de Alvega (2.300,10€);
- Centro Solidariedade Social do Souto (1.045,50€);
- Centro Social do Pego (1.709,70€);
- Centro Social Interparoquial de Abrantes (1.389,90€);
- Centro Social P. S. Miguel Rio Torto (2.300,10€);
- Centro Social P. Rossio Sul Tejo (1.070,10€);
- Centro Social P. S. Facundo (1.365,30€);
- Centro Social P. Vale das Mós (1.389,90€);
- Centro Social P. Nª Sra. da Oliveira (1.709,70€);
- Stª Casa da Misericórdia de Abrantes (1.365,30€).

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio às IPSS para aquisição de equipamento informático, no valor de 16.691,10€ (dezasseis mil seiscentos e noventa e um euros e dez cêntimos), por se tratar de competência da Câmara Municipal deliberar sobre o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.



**Nº 12 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, relativa a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, no âmbito do protocolo celebrado relativamente ao Projeto Bairro ConVida, no qual a Câmara Municipal assegura o apoio financeiro para a aquisição de equipamento necessário ao funcionamento do projeto, bem como para a implementação das ações a desenvolver pelas associações – Associação Juvenil Vale de Rãs e Associação Vidas Cruzadas -, nos termos da cláusula 5.ª do protocolo. Assim, remete para aprovação o montante total de 18.236,50€ (dezoito mil duzentos e trinta e seis euros e cinquenta cêntimos), para transferência do apoio previsto para o ano 2014, sendo 7.825,74€ (sete mil oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) para a Associação Juvenil Vale de Rãs e 10.410,76€ (dez mil quatrocentos e dez euros e setenta e seis cêntimos) para a Associação Vidas Cruzadas, montantes estes que se



repartem entre despesa correntes (recursos humanos e atividades prevista no Plano de Ação) e despesa de capital (aquisição de equipamentos). – 198975

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio previsto para o ano 2014, para as referidas entidades, sendo 7.825,74€ (sete mil oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) para a Associação Juvenil Vale de Rãs e 10.410,76€ (dez mil quatrocentos e dez euros e setenta e seis cêntimos) para a Associação Vidas Cruzadas, montantes estes que se repartem entre despesas correntes (recursos humanos e atividades prevista no Plano de Ação) e despesa de capital (aquisição de equipamentos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

O Vereador Avelino Manana disse votar a favor da presente proposta de apoio às associações envolvidas, pese embora se tenha manifestado contra, relativamente ao pagamento do valor das rendas, no âmbito do projeto Bairro Convida, mas que considera serem situações distintas.



**Nº 13 - Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo para aprovação a atribuição de areia (uma carrada por cada cemitério) às juntas de freguesias, de acordo com o sugerido pelo Gabinete de Apoio às Freguesias, à semelhança de procedimento em anos anteriores, sendo o valor do encargo estimado em 1.287€ (mil duzentos e oitenta e sete euros), acrescido de IVA. – 190668

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de areia nos moldes sugeridos pelo Gabinete de Apoio às Freguesias, à semelhança de procedimento em anos anteriores.

Remeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



**Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo para aprovação a assunção de despesa com os colaboradores ao abrigo da empresa de inserção, no âmbito do Protocolo celebrado com a Associação Palha de Abrantes. A referida entidade solicitou um aumento da comparticipação do município por cada trabalhador, solicitando que a mesma passe dos atuais 335,00€ (trezentos e trinta e cinco euros) por colaborador e por mês, para 365,00€ (trezentos e sessenta e cinco euros) por colaborador e por mês. A associação justifica o valor apresentado com o custo que se encontra a suportar por cada colaborador, ao que acrescenta o aumento da taxa social única, que se verifica desde janeiro. Mais solicita que os aumentos tenham incidência nos montantes a transferir inerente aos meses de outubro a dezembro (incluindo subsídio de natal). – 193237

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a assunção de despesa com os colaboradores ao abrigo da empresa de inserção, no âmbito do Protocolo celebrado com a Associação Palha de Abrantes.



**Nº 15 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 09 de dezembro de 2014, acerca do pedido de abertura de procedimento pré-contratual por ajuste direto regime geral, para "Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para Instalação do Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes", pelo valor que não se prevê ultrapassar 74.890,00€ (setenta e quatro mil oitocentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Neste sentido, em cumprimento do disposto na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, sugere que se submeta à Assembleia Municipal, autorização para assunção de compromisso plurianual. – 197712

**Deliberação:** Por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a assunção de compromisso plurianual nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



**Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** na sequência de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, que remete para aprovação o pedido de parecer prévio vinculativo referente ao procedimento pré-contratual para a "Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes", sendo o respetivo contrato com duração prevista de um 1 ano e o preço base do procedimento de 28.500,00€ (vinte e oito mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e o convite a endereçar à "Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto". - 200479

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, referente ao procedimento pré-contratual para a "Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes", sendo o preço base do procedimento de 28.500,00€ (vinte e oito mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e o convite a endereçar à "Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto", de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

**Nº 17 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, remete para ratificação o seu despacho, datado 11 de dezembro de 2014, que aprovou o parecer prévio vinculativo com vista à abertura de procedimento pré-contratual por ajuste direto para "Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais", pelo período de 3 meses, eventualmente, renováveis até ao limite máximo de 5 meses – até que esteja concluído o concurso público com o mesmo fim. Mais refere que o preço base do procedimento ascende a 73.000,00€ (setenta e três mil euros), acrescidos de IVA, para os 5 meses de eventual vigência do mesmo, o que equivale a 14.600,00€ (catorze mil e seiscentos euros) por mês, acrescidos de IVA, devendo o convite ser endereçado à firma "Nova Serviços, Lda.". – 200289

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes que aprovou o parecer prévio vinculativo com vista à abertura de procedimento pré-contratual por ajuste direto para "Aquisição de Serviços de limpeza dos Edifícios Municipais", pelo período de 3 meses, eventualmente, renováveis até ao limite máximo de 5 meses.



**Nº 18 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, na sequência de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, que remete para aprovação o Relatório Final do júri do procedimento para "Prestação de Serviços na Área de Seguros", datado de 12 de dezembro de 2014, que sugere a adjudicação à firma "Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.", pelo montante de 319.067,61€ (trezentos e dezanove mil e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os 3 anos de eventual vigência de contrato, o que corresponde ao valor anual de 106.355,87€ (cento e seis mil trezentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos)/ano, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. - 173890

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o Relatório Final do júri do procedimento para "Prestação de Serviços na Área de Seguros", e a adjudicação à firma "Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.", pelo montante de 319.067,61€ (trezentos e dezanove mil e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os 3 anos de eventual vigência de contrato, o que corresponde ao valor anual de 106.355,87€ (cento e seis mil trezentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos)/ano, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

cl  
G  
Jif

**Nº 19 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remete para ratificação o seu despacho datado 11 de dezembro de 2014, que concedeu um prazo adicional, por mais 5 dias, para apresentação dos documentos de habilitação, em função das razões invocadas pela firma "Gis — Segurança Privada Unipessoal, Lda.", a quem foi adjudicada a "Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios Municipais". – 165659

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes que concedeu um prazo adicional, por mais 5 dias, para apresentação dos documentos de habilitação.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 04 de dezembro de 2014, que aprovou o relatório final do júri do procedimento para o "Fornecimento Contínuo de Gás Natural e Propano a Granel para diversos edifícios e equipamentos municipais, ao abrigo do Acordo Quadro de Gás da CIMT", e adjudicação nos seguintes termos:

- Lote 1 — Gás Natural Canalizado, à empresa EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., pelo valor de 0,030188 €/Kwh (estimando-se um consumo anual de 270.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;

- Lote 3—Gás Propano a Granel, à empresa Petróleos Portugal Petrogal, S.A., pelo valor de 0,0615 €/Kwh (estimando-se um consumo anual de 110.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais refere o referido relatório que o contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 meses ou até ao limite do valor da adjudicação se tal acontecer antes desse prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. - 173259

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

---

**Nº 21 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 05 de dezembro de 2014, que remete para aprovação, a transferência de verba para o Banco Social, no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros). - 74097

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a transferência da referida verba para o Banco Social.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para proceder em conformidade.



**A Presidente da Câmara regressou à reunião, quando eram 17 horas e 10 minutos.**



**Nº 22 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 09 de dezembro de 2014, remetendo para aprovação, o reforço da verba inicial (150.000,00€), com o montante de 30.000,00€, para pagamento de taxas e tarifas aos Serviços Municipalizados Abrantes, para cobrir a faturação dos meses de novembro e dezembro de 2014. - 154187

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o reforço da verba inicial com o montante de 30.000,00€, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



**Nº 23 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, acerca do pedido da munícipe, Sandra Maria de Matos Rodrigues da Cunha, a solicitar o pagamento em 6 prestações mensais, do montante de 1.613,47€, que lhe foi faturado a título de concessão perpétua de sepultura no cemitério Municipal de Alferrarede, tendo alegado dificuldades financeiras para proceder ao pagamento do montante em causa.

Em anexo, informação social elaborado pelo serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, relativa ao agregado familiar que se encontra em situação de carência económica, após apuramento do rendimento mensal per-capita. - 194297

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar o pagamento de 1.613,47€, em seis prestações mensais, cinco, no montante de 268,91€ e uma, no montante de 268,92€, nos termos do disposto no nº 1 do artº 20º do Regulamento de Taxas e Licenças do Município.

**Nº 24 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 15 de dezembro de 2014, remetendo para aprovação, despesa no montante de 1.000,00€, inerente à candidatura, apresentada pela ACLAMA, ao Finabran

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 1.000,00€, inerente à candidatura, apresentada pela ACLAMA, ao Finabran

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para proceder em conformidade.



**Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 15 de dezembro de 2014, remetendo para aprovação, proposta de regulamento interno de constituição e regularização de fundos de man

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida proposta de regulamento.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para proceder em conformidade.



**Nº 26 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, acerca do pedido da Associação TAGUSVALLEY - Tecnopolo do Vale do Tejo, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas de cedência de sala do edifício Pirâmide no dia 19 de dezembro de 2014, entre as 14 e as 18 horas, com vista à realização de sessões de divulgação III Concurso de Projetos Empresariais entre os licenciados desempregados do concelho. - 199934

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 101,00€ (cento e um euros), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



**Nº 27 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 02 de dezembro de 2014, remetendo para aprovação listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados no mês de novembro e dezembro de 2014, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 74,27€ (setenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município até à presente data. - 195808

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 74,27€ (setenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



### **Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária**

**Nº 28 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão,** apresentou uma informação sobre a terceira reunião do Conselho Municipal de Educação de Abrantes, realizada no dia 19 de novembro de 2014. - 199806

**Tomado conhecimento.**



**Nº 29 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão,** apresentou uma informação no âmbito do Programa Eco-Escolas do ano letivo 2013/2014, em que o Município é reconhecido como " Município Parceiro Eco-Escolas 2014". - 199930

**Tomado conhecimento.**



**Nº 30 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão,** deu conta do agradecimento da Fajudis - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, pela participação e colaboração no Encontro Nacional "Percurso para a Mudança - Dar o Salto!", levado a efeito nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2014, em Fátima. - 199732

**Tomado conhecimento.**

**Nº 31 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão,** deu conta do relatório sobre a atividade da REIVA - Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes, referente ao ano de 2014, no âmbito do respetivo Plano de Ação 2013-2015. - 200102

**Tomado conhecimento.**



**Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias,** referente a uma Informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 28 de novembro de 2014, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas pela cedência do Mercado Criativo, no dia 10 de dezembro de 2014, das 14 às 19 horas, no âmbito da realização de uma Ação de Formação sob recursos hídricos junto da comunidade cigana, dinamizada pela QUERCUS. - 198893

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas associadas à realização do evento.



### **Divisão de Cultura, Património e Desporto**

**Nº 33 - Para conhecimento, o Vereador Luís Dias,** apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito de 16 a 30 de dezembro do corrente ano, no âmbito do plano de atividades para 2014 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. - 200082

**Tomado conhecimento.**



**Nº 34 - Para conhecimento, o Vereador Luís Dias,** apresentou correspondência enviada pelo Diretor do Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes, a agradecer a cedência do material museológico relativo à 1ª Guerra Mundial, que integrou e contribuiu para enriquecer a exposição "A Participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial", cedida pelo Museu Militar de Lisboa, que esteve patente no átrio da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes de 27 de novembro a 05 de dezembro de 2014. - 201370

**Tomado conhecimento.**



---

**Nº 35 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, referente a uma informação do Serviço de Desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, acerca do pedido da Autoridade Nacional de Proteção Civil, a solicitar o ginásio da Cidade Desportiva para a preparação física de treinos operacionais no âmbito da proteção civil, com isenção do pagamento de taxas, às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, de novembro de 2014 a abril de 2015. – 198418

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a cedência solicitada, assim como, a dispensa total do pagamento das taxas associadas, no valor de 396,34€ (trezentos e noventa e seis euros e trinta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, na senda da reciprocidade institucional e do interesse municipal na capacitação plena dos operacionais da proteção civil.



**Nº 36 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, referente a uma informação do Serviço de Desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 01 de dezembro de 2014, acerca do pedido do CAMP – Clube Aventura e Motorizado do Pego – Secção de Patinagem Artística, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do Pavilhão Municipal do Pego, no dia 06 de dezembro de 2014, no âmbito da realização da IX GALA APR, numa co-organização com a Associação de Patinagem do Ribatejo. - 199109

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 26,25€ (vinte e seis euros e vinte e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, por analogia com anos transatos e pelo forte impacto que a Gala representa, não só para os praticantes da modalidade e respetivos acompanhantes, mas também pela forte repercussão territorial.



**Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, referente à informação nº 85/CA da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 11 de dezembro de 2014, acerca do pedido da Associação Cres.Ser, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, pela cedência do auditório do Edifício Pirâmide, no âmbito da realização do "Colóquio Cres.Ser", levado a efeito no dia 12 de dezembro de 2014. – 197383

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 151,84€ (cento e cinquenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, tendo em conta que se trata de uma iniciativa de uma associação do concelho sem fins lucrativos e face ao interesse público das temáticas em debate.

À Divisão de Cultura e Turismo para os devidos efeitos.

01

**Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, acerca do pedido da Associação de Pais e Encarregados de Educação – ESSA, a solicitar a cedência do Mercado Criativo, no dia 19 de dezembro de 2014, com vista à realização de um evento denominado “Christmas Glow Party”, bem como a isenção das respetivas taxas. – 199176

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a cedência do espaço solicitado, assim como, a isenção total do pagamento das taxas associadas, devendo ser cumpridas as diligências de obtenção de licenças exigidas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



### **Divisão de Gestão de Projetos e Produção**

**Nº 39 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente à informação nº 202 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 27 de novembro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Execução do Projeto de Execução e da Respetiva Empreitada da Obra do Açude Insuflável no Rio Tejo, em Abrantes”, adjudicada ao consórcio MSF — Moniz da Maia, Serra & Fortunato — Empreiteiros S.A. /Construtora do Lena, S.A./SETH Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., para efeitos de receção definitiva final. - 198001

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva final, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada. Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 40 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente à informação nº 203 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 27 de novembro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Conclusão da Obra do Açude Insuflável”, adjudicada ao consórcio MSF — Moniz da Maia, Serra & Fortunato — Empreiteiros S.A. /Construtora do Lena, S.A./SETH Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., para efeitos de receção definitiva final. - 198860

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva final, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

01

**Nº 41 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente à informação nº 210 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 12 de dezembro de 2014, acerca da empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, referindo que a Sociedade CIP - Construções, S.A., adjudicatário da empreitada em epígrafe, entregou a garantia bancária nº 962300488013901, do Banco Santander Totta, S.A. de 29.06.2014, no montante de 314.675,52€, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais.

Tendo já sido entregues a fatura no montante de 38.629,37€, com o auto nº 5, deverá ser reduzida a referida garantia, no valor de 17.220,00 €, que corresponde a 30% dos valores dos trabalhos a realizar segundo o cronograma financeiro, de acordo com nº2 do art.º. 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

Após esta redução a garantia passará a ter o valor de 244.949,52€. - 200992

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 210 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção,

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção para comunicar ao Banco Santander Totta, S.A. com o conhecimento ao empreiteiro.



**Nº 42 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente a uma informação da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 05 de dezembro 2014, que sugere a retificação da deliberação tomada na reunião de câmara de 02 de novembro, que recaiu sobre a informação nº 195, daquela divisão, de 17 de novembro de 2014, relativa à redução da garantia bancária da empreitada de "Construção de Unidade de Saúde Familiar de Abrantes". - 128972

**Deliberação:** Por unanimidade, retificar o teor da ata de 02 de dezembro de 2014 (deliberação nº 37) relativa à redução da garantia bancária da empreitada de "Construção de Unidade de Saúde Familiar de Abrantes", nos seguintes termos:

- Onde se lê:

"Após esta redução a garantia passará a ter o valor de 306.626,41€."

- Deverá ler-se:

"Após esta redução a garantia passará a ter o valor de 262.169,52€."

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção, para os devidos efeitos.

**Nº 43 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 211 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 16 de dezembro 2014, acerca do pedido da CIP – Construção, S.A., na qualidade de adjudicatária da empreitada de “Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes”, a solicitar a substituição do atual Diretor de Obra, Eng.º Paulo Miguel Serra Ferreira, pelo Eng.º Técnico Nuno Roberto Araújo Teixeira. - 200521

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a substituição do atual Diretor de Obra da referida empreitada, pelo Diretor de Obra designado pela empresa CIP – Construção, SA.

Dar conhecimento da citada substituição à sociedade comercial Rui Prata Ribeiro, Lda., para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.



**Nº 44 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos,** na sequência do pedido do Centro Social Interparoquial de Abrantes, a solicitar o apoio da Câmara Municipal, para uma intervenção urgente e imperiosa e no domínio privado, para conservação do caminho de acesso à Comunidade Projeto Homem, para que nesta quadra natalícia, os familiares dos utentes da referida comunidade se possam deslocar nas melhores condições. - 201516

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a realização da referida intervenção, tendo em conta os fundamentos apresentados.

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção, para os devidos efeitos.



**Nº 45 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos,** referente ao pedido da Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes – ESMF, a solicitar a isenção do pagamento relativo ao transporte em autocarro de 20 alunos daquela escola, no âmbito da deslocação aos estúdios de gravação em Alcochete, no dia 14 de dezembro de 2014, para apoio à aluna Salomé Silveira, apurada para disputar a grande final do programa “The Voice Kids da RTP1”. - 200379

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento, no valor total de 381,49€ (trezentos e oitenta e um euros e quarenta e nove cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

---

## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 46 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes** acerca do pedido da Junta de Freguesia de Mouriscas, a solicitar a alteração da denominação do topónimo de uma rua em Bugalhinha, atualmente designada por "Beco da Viela", propondo a alteração para "Viela da Bugalhinha". - 199083

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a alteração do referido topónimo, conforme proposto pela Junta de Freguesia de Mouriscas e de acordo com a informação do SSIG/SOT da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 47 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, propondo a atribuição do topónimo de "Beco da Quinta d' Arca", em Chainça, Abrantes, face ao sugerido em articulação com a União de Freguesias de Abrantes (São João e São Vicente) e Alferrarede. Mais informa que tal atribuição se assume como previamente necessária em relação ao pedido efetuado por João Miguel Mendes Fonseca, residente na Quinta da Chainça, em Abrantes, para atribuição de número de polícia, pelo que sugere que, cumulativamente, se atribua o número de polícia 137. - 179419

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição do referido topónimo, nos termos da informação do SSIG/SOT da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, assim como do número de polícia nº 137, na sequência do pedido efetuado por João Miguel Mendes Fonseca.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 48 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, na sequência de informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de novembro de 2014, acerca do processo de licenciamento / legalização de alteração de habitação na Rua António Correia Pires, n.º 11 – 1.ªA, em Alferrarede, titulado por Fernanda Maria Pereira Lopes de Oliveira e da vontade manifestada pela titular, em sede de audiência prévia, relativamente à deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2014 (ponto 36). - 14659

**Deliberação:** Por unanimidade, considerando as razões do interesse da conclusão do procedimento (porque se refere a regularização de ilícito), suspender a eficácia da deliberação tomada a 24 de setembro de 2014, concedendo o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para que

21

21/12

a interessada requeira a emissão do indispensável Alvará de Licença e proceda ao pagamento das taxas devidas pelo licenciamento;

Mais foi deliberado, informar a requerente de que consolidar-se-á em definitivo a caducidade anteriormente deliberada, com as consequências legais daí decorrentes, caso não proceda em conformidade com o ora deliberado.



**Nº 49 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 24/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 10 de dezembro de 2014, remetendo de novo à reunião, o processo 737/01, em nome de “Tesouros do Tejo, Lda.”, acerca da Edificação de Unidade Comercial, em Abrantes.

**Deliberação:** Por unanimidade, converter em definitivo a caducidade da licença considerando que, em sede de audiência prévia, o enquadramento de suporte para essa decisão (“alínea a) do n2 3 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001”) não foi contestado;

Não conceder qualquer outro prazo, tal como requerido, em nome do interesse público; uma vez que este processo (independentemente dos interessados que, sucessivamente, se viram envolvidos) se arrasta desde o ano de 2001, nunca por culpa da Administração, mas sempre por inercia dos envolvidos e pelas alterações que foram sendo instruídas e face ao longo período em que o imóvel esteve em situação de venda através de promotor imobiliário, como corolário de uma situação de pura expectativa que será realçada se se confirmar que, de facto, o prédio foi (muito recentemente e mais uma vez) transacionado/vendido.

Considerar o procedimento de licença extinto e proceder ao seu arquivamento.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 50 -** Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

---

## **Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento Económico e Turístico**

**Nº 51 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, referente ao pedido da Agência Portuguesa do Ambiente, a solicitar proposta de datas de duração de época balnear para as águas balneares e praias de banhos do concelho. – 196686

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a época balnear da praia fluvial (praia de banhos) de Aldeia do Mato, de 1 de julho a 31 de agosto de 2015.



## **Serviços Municipalizados de Abrantes**

**Nº 52 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, proposta de tarifário de água, resíduos sólidos urbanos e outros serviço auxiliares para o ano de 2015, aprovado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, em reunião de 2 de dezembro de 2014. - 200980

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta de tarifário de água, resíduos sólidos urbanos e outros serviços auxiliares para o ano de 2015



**Nº 53 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo, para aprovação, a proposta de revisão tarifária das tarifas de saneamento e de limpeza de fossas sépticas para o ano 2015, aprovada em reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes de 2 de dezembro de 2014, que obteve parecer favorável da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), resultando a mesma do disposto no contrato 65/2012, de 20 de dezembro, celebrado entre o Município de Abrantes e a empresa Abrantáqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.. - 200983

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra do Vereador da CDU, Avelino Manana, aprovar a proposta de tarifas de saneamento e de limpeza de fossas sépticas para o ano 2015.

O Vereador Avelino Manana votou contra, por considerar tratar-se de um agravamento de custos para as populações que já são bastante castigadas.



**Nº 54 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamat**os, na sequência de informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, acerca do pedido apresentado pela empresa Aqualia – gestion integral del agua, S.A.. A referida empresa é detentora de uma participação (60%) no capital social da sociedade “ABRANTAQUA – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.”, titular do contrato de

---

concessão da exploração e gestão dos serviços de águas residuais urbanas do Município de Abrantes, e solicita autorização, nos termos da cláusula 15ª do referido contrato, para transmitir as ações de que é titular na sociedade "ABRANTAQUA – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A." a favor da sociedade por si totalmente participada, a constituir com a denominação de "AQUALIA PORTUGAL, S.A.", sendo a pretendida transmissão efetuada no ato da constituição da nova sociedade, através da entrega a esta das ações de que a requerente é titular, para efeitos de realização em espécie do capital social da mesma sociedade. – 161848

Posteriormente, a empresa vem esclarecer que se trata de uma operação que visa fortalecer a posição do grupo em Portugal, dotando a sua filial com mais poder de decisão e autonomia.

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção do Vereador da CDU, Avelino Manana, considerando que a sociedade "Aqualia - gestión integral del agua, S.A" vem requerer autorização para transmitir as ações de que é titular na sociedade "ABRANTAQUA — Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A." a favor da sociedade por si totalmente participada, a constituir com a denominação de "AQUALIA PORTUGAL, SA;

- Considerando o parecer jurídico, constante do PG Ordem 4, que a dado passo refere que "A transmissão ou oneração das ações representativas do capital social da Concessionária não é impedida pelo contrato de concessão, estabelecendo-se antes na cláusula 15ª que a mesma carece de autorização prévia por parte da Concedente";
- Considerando o parecer do Revisor Oficial de Contas que também refere que "desde que sejam cumpridas as restantes condições previstas no contrato de concessão em vigor, em termos económicos e financeiros não se vislumbram situações que obstem a tal operação";
- Considerando a demais fundamentação existente em toda a extensão do processo;

A Câmara Municipal delibera autorizar que "aqualia, gestión integral del agua, S.A" transmita as ações de que é titular na sociedade "ABRANTAQUA — Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A." a favor da sociedade por si totalmente participada, a constituir com a denominação de "AQUALIA PORTUGAL, SA.

Uma vez que nos termos do artigo 25º nº 1 alínea p) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal "autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais," considerando que o concedente é o Município de Abrantes, não obstante nas definições do contrato se referir Câmara Municipal de Abrantes, considerando que em matéria de concessão, a vontade da concedente se expressa, por regra, através dos dois órgãos conforme se extrai da mencionada norma, considerando que a transmissão ou oneração das ações representativas do capital social da concessionária carece de autorização prévia por parte da concedente, conforme o artigo 15º do contrato, considerando que a alteração de sociedade integrante do concessionário é um elemento relevante no contrato de concessão, remeter à Assembleia Municipal para que este órgão delibere sobre a matéria, na sequência da proposta da Câmara Municipal.



O Vereador Avelino Manana absteve-se, por considerar que os pressupostos do contrato celebrado se mantêm.



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dezassete horas e cinquenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**

**A TÉCNICA SUPERIOR**



**DE**  
**María do Céu Albuquerque**  
Presidente da Câmara Municipal

**PARA**  
**Reunião de Câmara**

**Nº**

**DATA**  
**18,12,2014**

**ASSUNTO**

**Programa Aproximar Educação / Contrato de Educação e Formação (PAE – CEF)**

Relativamente ao Programa Aproximar Educação / Contrato de Educação e Formação (PAE – CEF), cumpre-me informar o seguinte:

No dia 15 de abril de 2014 foi esta Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente, convidada a estar presente numa reunião na Secretaria de Estado da Administração Local, com a presença de elementos desta Secretaria de Estado e elementos do Ministério da Educação e Ciência.

Foi aqui apresentado, em traços gerais, o Programa acima referido e convidada a Câmara Municipal de Abrantes a aderir ao mesmo através da Assinatura do respetivo contrato.

Nesta reunião, mostrámo-nos disponíveis para, em reuniões futuras, negociar os termos do referido contrato.

Em junho de 2014, foram-nos enviados pela Secretaria de Estado da Administração Local os seguintes documentos:

1. Memorando Estratégico (documento detalhado com o modelo e conteúdo da descentralização na área da educação);
2. Três anexos ao memorando:
  - 2.1. Anexo 1 – Dados de contexto e confronto com os Valores Esperados por agrupamento de Escolas
  - 2.2. Anexo 2 – Matriz de Distribuição de competências entre entidades
  - 2.3. Anexo 3 – Modelo Financeiro

Foi-nos solicitado ainda que analisássemos os documentos atrás enunciados e fomos informados de que a partir de 23 de junho seríamos contactados, no sentido de conhecerem a nossa apreciação.

Deste assunto foi dado conhecimento aos Senhores Diretores de Agrupamento e de Escola não Agrupada, caso da EPDRA, para que, em espírito de parceria, apreciássemos em conjunto os referidos documentos.

Da análise efetuada internamente, surgiram dúvidas que foram enviadas à Secretaria de Estado e às quais, até ao momento, não obtivemos respostas.

A 2 de julho de 2014, efetuou-se nova reunião na Presidência do Conselho de Ministros, com a presença de elementos da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ministério da Educação e Ciência, tratando-se de uma reunião técnica para clarificação das questões resultantes da análise dos documentos, quer de carácter pedagógico, quer ao nível dos recursos humanos e financeiros.

Não havendo avanços quanto à clarificação do que se pretendia, informaram-nos de que seriam posteriormente efetuadas reuniões no terreno e que deveríamos aguardar.

Deste modo, no dia 13 de novembro, nas instalações da EPDRA, efetuou-se mais uma reunião com a autarquia, pelas 9h30m, e com os Diretores e Presidentes dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos e Escola não Agrupada, pelas 11h00m.

CL  
C  
G-V

Da parte da Câmara Municipal foram solicitadas clarificações acerca de várias cláusulas propostas no contrato, tais como:

- Cláusula 4ª, que refere o Anexo IV – Ficha de Caracterização dos AE/E, que se encontra incompleta.
- Cláusula 5ª, alínea g), que obriga o não aumento da despesa pública global.  
Consideramos que o aumento, se for caso disso, pode ser justificado pelos bons resultados alcançados.
- Cláusula 7ª, relativa a direitos e obrigações e incumprimento, mas que não refere a penalização se o incumprimento for da parte do Ministério da Educação e Ciência.
- Cláusula 8ª, de que forma se salvaguarda a autonomia das escolas?
- Cláusula 13ª, relativa à Matriz de Responsabilidades entre o MEC, a CMA e AE/E.  
Há situações que são dúbias, nomeadamente nas competências partilhadas.
- Cláusula 15ª, titularidade de infraestruturas escolares.  
Nas infraestruturas escolares transferidas, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, Tramagal, não se encontra na lista das escolas a transferir após reabilitação e a residência de Estudantes da EPDRA nem sequer é mencionada no Anexo relativo às infraestruturas escolares. Para além disso, não são conhecidas as obrigações da Parque Escolar, E.P.E. quanto à manutenção e equipamento das escolas a si pertencentes.
- Cláusula 17ª, Pessoal Docente.  
Foi assumido em reunião anterior, de forma verbal, de que esta delegação não seria efetuada.
- Cláusula 40ª, Coeficiente de eficiência relativo ao funcionamento das escolas.  
Este coeficiente não tem em conta os resultados educativos. É calculado de acordo com um valor padrão por aluno. No entanto, e por exemplo, um aluno na EPDRA não tem o mesmo valor/custo que um aluno de uma escola de ensino regular.  
Para além disso, o valor/custo não pode ser calculado por distrito (pois os distritos terminaram quando acabaram os governos civis), mas pode vir a ser calculado por Comunidade Intermunicipal.
- Cláusula 43ª, Comissão de Acompanhamento.  
Não é incluída nesta comissão nenhum parceiro externo, como por exemplo um especialista em educação.

- De salientar ainda que o aprofundamento da autonomia das escolas deve ser um processo paralelo que deve prosseguir de forma autónoma, embora em articulação com o processo de delegação de competências para o município, ou no contrato ser salvaguardada a autonomia das escolas.

- Parece-nos também que ao nível do município, o órgão de coordenação das políticas educativas locais deve passar a ser o Conselho Municipal de Educação, desde que sejam reforçadas as suas competências, alterando assim a sua composição e competências, designadamente com a integração dos diretores de escola/agrupamentos. A recomendação n.º 6/2012 do Conselho Nacional de Educação vai nesse mesmo sentido.

Foram ainda solicitadas respostas a questões relacionadas com a **Gestão financeira**, nomeadamente:

- O valor proposto no Anexo V (modelo de financiamento), que aponta para uma transferência anual de 3.351.634,00 €, parece-nos muito limitado face à estrutura orçamental dos agrupamentos de Abrantes apurada no ano de 2013, que se situou, no que respeita às transferências do OE, nos 22.900.650,00 €. É certo que esse montante inclui os valores relativos às despesas com o pessoal docente que continuarão sob responsabilidade do MEC (não sendo referido se transferidos diretamente pelo MEC ou através dos agrupamentos), no entanto, neste ponto, consideramos que a estrutura de financiamento tem de ser sustentada em despesa consolidada e não ser assente em rácios, sem qualquer diferenciação por nível de ensino, por oferta de valências pedagógicas e curriculares das escolas ou agrupamentos, etc.

Consideramos ter de ser feito um exercício de apuramento das despesas reais que suportam o normal funcionamento dos agrupamentos.

- Na estrutura orçamental dos agrupamentos, as receitas provenientes de fundos comunitários representam uma importante parcela, nomeadamente no caso da EPDRA, em que cerca de 57% da receita arrecadada em 2013, teve como origem o POPH.

Qual a garantia de que o nível de financiamento se mantenha ao mesmo nível?

Como garantir o funcionamento das escolas ao nível do que acontece atualmente, com diminuição ou extinção dessa fonte de financiamento?

- Continua por concretizar o modelo de organização e gestão financeira.  
Como será feita a compatibilização da gestão autárquica com a gestão escolar?  
Nos termos do princípio da unidade estabelecida no POCAL, o orçamento municipal é único. O orçamento municipal passa a integrar todas as receitas e despesas até agora sob responsabilidade dos agrupamentos escolares? Nestes termos, os órgãos de gestão das escolas ficam absolutamente dependentes do Município para a realização de qualquer despesa.
- No que respeita ao aprovisionamento e processo de contratação pública, passam a ser desenvolvidos pelo Município?

Foram também solicitadas respostas a questões relativas à **Gestão de Recursos Humanos**, nomeadamente:

- Como será assegurada a transferência de verbas para a formação profissional do pessoal não docente?
- Passando o pessoal não docente para responsabilidade do Município passarão a ter de usufruir de serviços de medicina no trabalho e aquisição de equipamentos de proteção individual. Quem assegura o financiamento destas componentes?
- Que tipo de margem será facultada ao Município no que respeita aos constrangimentos de recrutamento impostos às autarquias, para conseguir manter a eficiência na gestão das pessoas, tendo em conta o aumento em cerca de 50% do número de colaboradores?
- O aumento exponencial do parque informático e das responsabilidades em termos de manutenção dos edifícios, agrava o referido no ponto anterior. Que resposta está pensada para esta questão?

Quer-nos parecer que o modelo ora preconizado, que busca o aumento da eficiência e qualidade na gestão pública, através de uma resposta mais rápida e eficaz aos problemas, poderá ser posto em causa se estas questões não forem devidamente acauteladas, o que não está explícito na minuta de contrato disponibilizada.

Finalmente, foram ainda levantadas relativamente ao contrato, algumas **questões de natureza jurídica**, em que salientamos as relacionadas com o disposto na Lei 75/2013.

De acordo com a lei supracitada, a figura da descentralização não engloba a delegação de competências. Se não se pretender considerar a terminologia da “descentralização”, como equívoca, inserida no contexto de um contrato de delegação de competências, terá que se interpretar ou deixar claro que a delegação é projeto-piloto, para efetiva descentralização em momento posterior, através da transferência legislativa de competências.

Desta reunião realizada no dia 13 de Novembro na EPDRA, resultou o compromisso do envio de dados relativos à área financeira por parte do MEC e o compromisso de que alguns aspetos seriam clarificados, o que até agora não aconteceu.

Após esta negociação e dos resultados inerentes à mesma, é nosso entendimento que não estão ainda reunidas as condições para a assinatura do contrato em questão.

**Maria do Céu Albuquerque**  
Presidente da Câmara Municipal de Abrantes

O Município de Abrantes tomou conhecimento das intenções de investimento da EP - Estradas de Portugal, S.A. para 2015-2019.

Com inusitada apreensão, registamos que o Município de Abrantes não é visto como uma prioridade de investimento estratégico para a entidade tutelada pela Administração Central que tem a competência de promover obras rodoviárias de reconhecido interesse estratégico para a coesão social e para fomentar a competitividade territorial, de modo a combater o crescente e contínuo abandono do interior de Portugal. Esta opção merece a nossa tomada de posição pública de contestação, em defesa dos interesses das comunidades mas interiorizadas e que persistem de modo resiliente na sua luta para o desenvolvimento económico, a fixação de empresas e de população e a criação de concelhos com qualidade de vida, numa lógica alternativa à tendência cega para serem privilegiados investimentos assimétricos no litoral.

el  
Cet  
Pif

Esta realidade gera uma espiral recessiva de compressão de competitividade que terá efeitos irreversíveis e perversos para o futuro. Ao invés de um círculo virtuoso, tão apregoado pelo Governo, assistimos ao acentuar de um ciclo vicioso, que procura condenar as populações do interior de Portugal.

Não se trata apenas do concelho de Abrantes. O Município de Abrantes possui centralidade territorial numa vasta área geográfica e num heterogéneo conjunto de municípios envolventes. A sua posição central, face ao contexto nacional, merece outra atenção por parte do Estado.

Não obstante o investimento em curso na ponte rodoviária de Rossio ao Sul do Tejo - que consta de mera conservação, sem nenhuma dotação técnica para acolher o tráfego intenso que se verifica e que se acentuou com a introdução do pagamento de portagens na A23 – salientamos que é a principal via de atravessamento das margens do Rio Tejo num raio de dezenas de quilómetros. Por ali transitam, diariamente, centenas de viaturas que asseguram fluxos de mercadorias e de pessoas que merecem outra consideração.

A Ponte de Constância não permite receber viaturas pesadas de mercadorias.

A ponte rodoferroviária sobre o Rio Tejo que liga Mouriscas a Alvega, e que assegura a ligação norte-sul entre a A23 e a EN 118, obriga ao pagamento de portagens. As vias alternativas, por este motivo, não existem.

Sobre esta infraestrutura salientamos que, desde a sua construção, à cerca de 20 anos, o Município de Abrantes tem solicitado que a EP – Estradas de Portugal, S.A. assuma a sua jurisdição, em virtude de estar inserida na via de ligação (EN358) entre a A23 (nó de Mouriscas) e a EN 118 (junto a Alvega), troço cuja manutenção é efetuada pela referida entidade. Refira-se ainda que a EP – Estradas de Portugal, S.A. – Delegação de Santarém, considera aquele troço de ligação com relevância para a rede rodoviária nacional.

A ponte rodoviária sobre o Rio Tejo, incluída no projeto do traçado do IC9, entre as proximidades de Abrantes e Tramagal, prevista no Plano Rodoviário Nacional, tem conhecido adiamentos sucessivos, situação lamentável e que, uma vez realizada, será uma excelente solução. Urge incluí-la nas opções prioritárias.

A construção desta infraestrutura torna-se indispensável para estabelecer as ligações rodoviárias entre a margem direita e esquerda do Rio Tejo e entre a A23, a norte, e a EN2, a sul, uma vez que a introdução de portagens na A23 e o facto de não se perspetivar a construção de novas vias tais como o IC9, obrigaram a que o trânsito rodoviário de ligeiros e pesados nas estradas nacionais existentes nesta área, a saber a EN2, EN3 e EN244-3, tenha aumentado

significativamente, dificultando a fluidez do tráfego não só a nível local como nacional, com a consequente degradação das vias e diminuição da segurança.

O Município de Abrantes entende que o investimento na infraestrutura poderá ser faseado, ou seja, numa primeira fase ser construída a ponte rodoviária sobre o Rio Tejo, podendo não ter perfil de autoestrada, por considerar a sua necessidade imperiosa, e numa fase posterior a construção do IC9.

O acesso à ponte rodoviária de Rossio ao Sul do Tejo faz-se pela EN2 e permite servir ainda a EN118. Entre o nó da A23 e esta ponte, o perfil da via encontra-se degradado em grande parte da sua extensão, sendo propriedade do Estado. Há vários anos que vimos insistindo na necessidade de requalificar o troço compreendido entre a Rotunda do Olival, no final da Avenida António Farinha Pereira, à entrada de Alferrarede, ao longo da Avenida da Portagem e até à entrada da ponte rodoviária, onde coexistem troços degradados com taludes nas barreiras do Castelo/Fortaleza de Abrantes, propriedade do Estado e que com frequência são alvo de derrocadas, ameaçando a segurança de viaturas e peões.

É pois com sentimento de indignação, incompreensão, apreensão e grande preocupação que assistimos ao listar das prioridades de investimento da EP - Estradas de Portugal, S.A., que apenas privilegia investimentos marginais e residuais no que se reporta ao Município de Abrantes.

O Município de Abrantes tem cumprido o seu papel e tem pronto o projeto relativo à requalificação do troço da Avenida António Farinha Pereira que coincide com a EN 244-3 (estrada sob jurisdição da EP-Estradas de Portugal, S.A.).

Esta última via assegura o atravessamento à Cidade de Abrantes, estabelecendo a ligação entre a Avenida D. João I (anteriormente troço da EN 3) e a EN 2, no entroncamento com a Rotunda do Olival e o Nó Norte da A23 onde proporciona, ainda, continuidade à EN 2, para Norte e em direção aos concelhos de Sardoal e seguintes. Deste modo podemos afirmar que a Avenida António Farinha Pereira/EN 244-3 se afirma como via estruturante na Cidade de Abrantes, acrescidamente com importância a nível nacional, estabelecendo, por um lado, a ligação entre o Sul e o Norte do país, através da EN 2 e, por outro, entre o Este e o Oeste do país, através da EN 3 e suas ligações, além de proporcionar ligação ao Nó Norte da A23 em Abrantes. A referida estrada ainda estabelece a ligação entre o centro da Cidade e a sua zona industrial, com ligação ao Nó Norte da A23. Acresce que a A23 é uma autoestrada que integra a rede europeia de estradas sendo designada por E806.

Tratando-se de uma via estruturante e principal no contexto da malha urbana, a mesma não está ainda totalmente integrada como via urbana, de modo a proporcionar fluidez de tráfego, segurança de automobilistas, segurança de peões e rápido e fácil acesso a locais de grande relevância no contexto da zona urbana, designadamente as zonas de instalação de unidades empresariais.

Pela importância regional e nacional desta via rodoviária, reveste-se da maior importância a sua requalificação.

Assim, não só se torna imperioso que a EP - Estradas de Portugal, S.A., assuma, entre as suas opções estratégicas prioritárias, este investimento, como o reperfilamento e requalificação do troço entre a já mencionada Rotunda do Olival e a ponte rodoviária em Rossio ao Sul do Tejo, bem como a construção de uma travessia sobre o Rio Tejo.

01  
Cet  
P-1-


Apelamos pois, à EP - Estradas de Portugal, S.A. e ao Governo, que reconsiderem as suas prioridades de investimento e que atendam à sua nobre missão de contribuir para a coesão social e territorial de todo o país.

CI  
Co  
P-1



*Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 19.12.2014*

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG17572/2013:147989	28-11-2013	116778482	Maria Irene Vicente Silva Dias / Rua do Barro Vermelho - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção e ampliação de edifício / Zona Industrial Norte de Abrantes, lote 12 e 35 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	28-11-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE. Contudo, a emissão do recibo da sua admissão deverá depender da apresentação de nova apólice de seguro, válida à data da emissão desse comprovativo.
PG2284/2011:13867	04-03-2011	600068021	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes / Herdade da Murteira - Mouriscas	Reconstrução de Espaço de Formação/Labo - Herdade da Murteira - Mouriscas	Despacho	28-11-2014	Indeferido pedido de autorização de utilização, devendo ser concedido o indispensável período de audiência prévia escrita. Em consequência, deverá a titular do processo instruir pedido de regularização das mesmas, no prazo máximo proposto na informação técnica.
PG12976/2014:188428	12-09-2014	122161335	Maria Vitória Garcia / Rua Promenade de l'Europe, 65 - 1203 Genève	Alteração de cobertura / Rua do Arneirinho, n.º 530 - Arneirinho - Martinel	Despacho	28-11-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG12673/2013:134571	22-08-2013	159094909	Joaquim da Silva / Rua do Estacal, n.º 41 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de habitação - Rua do Estacal, n.º 41 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	28-11-2014	Deferida licença, face: 1. À deliberação da CMA de 2011/12/29, referente à informação EC/44/11 sobre a não exigência de relatório de avaliação acústica em pedidos de autorização de utilização e alteração de utilização para habitação em edificado anterior à entrada em vigor da Portaria n.º 1110/2001, de 19 de setembro; 2. À simplicidade da obra (alteração da cobertura).



**Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 19.12.2014**

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG4954/2014:166108	03-04-2014	233626930	Diogo Manuel Duarte de Matos Soares / Rua da Ferrugenta, n.º 158 - Crucifixo - Tramagal	Legalização de alterações em edifício / Rua da Ferrugenta, n.º 158 - Crucifixo - Tramagal	Despacho	28-11-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG22170/2011:49464	10-11-2011	133876721 / CM644	Etelvina Madalena Vicente de Matos / Estrada Nacional, 118, n.º 13 - Concavada	Legalização de Ampliação de Habitação - Estrada Nacional, 118, n.º 13 - Concavada	Despacho	28-11-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG5753/2014:168418	17-04-2014	207329885	Dora Lúcia Fernandes Pombo / Rua das Escolas n.º 47, Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Construção de moradia unifamiliar / Beco da Costa, lote 2 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Despacho	01-12-2014	Admitido a Comunicação Prévia prevista na alínea c) do n.º 4 do Artigo 4.º do RJUE.
PG11560/2014:184499	11-08-2014	116130300	Deolinda Maria Matos Castanho / Rua da Correnteza - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Construção de anexos destinados a arrumos e arrecadação agrícola / Rua da Correnteza, n.º 17 - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	01-12-2014	Aprovação do projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG12517/2014:187091	03-09-2014	502766301	Plurifrutos Sociedade Abastecedora, Lda / Zona Industrial Sardoal	Licenciamento de legalização e alterações em edifício / Avenida António Farinha Pereira - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Despacho	01-12-2014	Aprovação do projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG13351/2014:189505	22-09-2014	212861158	José Miguel Maia Pita dos Santos / Rua Doutor Costa Machado, Al. B - Entroncamento	Alterações em anexo destinado a arrumos e churrasqueira / Rua do Vale da Esteva - Pinheiro - Mouriscas	Despacho	01-12-2014	Aprovação do projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

**Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 19.12.2014**

Processo		Requerente, Residência		Descrição, local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG11112/2014:183261	30-07-2014	104350695	Maria Manuel André da Silva / Largo Ramada Curto, Lote 6 - Quinta Laranjeiras	Alteração / legalização de moradia unifamiliar - Rua Professor Florinda Matos Sabino - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	03-12-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG24460/2011:54005	14-12-2011	191371998 / CM1200	Carlos Manuel Catarino Martins Silvano / Rua Nove de Julho, n.º 19 - habitação / Rua Casal de Baixo, n.º 2 - Vale das Mós	Legalização e Alteração de	Despacho	09-12-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, condicionando-se a emissão do competente alvará à apresentação de certidão comprovativa de inscrição em associação pública do técnico autor dos projetos das especialidades.
PG7673/2014:173799	26-05-2014	112729916	João Raimundo / Rua Além da Barroca - Pego	Construção de telheiro / Rua Além da Barroca, n.º 96 - Pego	Despacho	09-12-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos; será dispensável a apresentação de novo termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, solicitado na sequência da aprovação do projeto de arquitetura, considerando estarmos perante um procedimento de regularização.
PG8334/2014:175655	06-06-2014	121725235	José Carlos do Carmo Crispim / Rua Várzea - Mouriscas	Legalização / alteração de anexo - Várzea - Mouriscas	Despacho	09-12-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG11669/2014:184808	13-08-2014	151493030	Ernesto António Cavaco Damião / Rua Principal - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Demolição de construções e construção de habitação / unifamiliar e alteração de muro de vedação / Rua Principal - Carreira do Mato - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	10-12-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 19.12.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG9505/2014.178998	01-07-2014	160149754	Armando Rodrigues Martins / Rua Vale Vaqueiro - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Alteração de edifício destinado a armazen agrícola / Rua do Vale Vaqueiro, n.º 6 - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	11-12-2014	Aprovado projeto por último apresentado, o qual contempla já a aplicação de telha cerâmica de barro (tipo "Lusa"), o que deverá constituir uma das condições da Licença. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito. A (eventual) não apresentação de todos os projetos de especialidades por se entender não necessários (considerando as alterações propostas), deverá ser justificada por técnico devidamente habilitado
PG16796/2014.198585	26-11-2014	513119426	Maria Alexandra Esteves Martins, Unipessoal, Lda / Rua Principal, n.º 67 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Alteração ao uso de comércio para comércio e serviços / Rua Papa João XXIII, n.º 37 - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	14-12-2014	Deferido pedido de alteração de utilização, nos termos propostos, para comércio/serviços da parte suscetível de utilização independente, nº 37-B-2E (conforme descrita na caderneta predial). Considerando que o estabelecimento a instalar encontra-se sujeito ao estabelecido no Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, na actual redação (licenciamento Zero) deverá, após emissão do Alvará de Autorização de Utilização, ser realizada a mera comunicação prevista nesse diploma.

Q1  
C  
D-7/

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15835/2014:195952	07-11-2014	102480494	Fernando Manuel Andrade dos Santos / Rua Travessa da Palmeira - Paul - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Legalização de anexo / Travessa da Palmeira, n.º 81 - Paul - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Despacho	14-12-2014	Aprovado projeto de arquitetura, solicitando-se os projetos de especialidades (Projeto de Estabilidade).